Direcção Geral do Ensino Primário

Repartição do Pessoal

Decreto n.º 20:907

Estabelecendo o artigo 1.º do decreto n.º 20:397, de 17 de Outubro do ano findo, que a concessão de aumentos de vencimento por diuturnidades aos professores do ensino primário seja regulada pelas disposições em vigor à data da publicação do mesmo decreto e requerida mediante a apresentação por cada professor interessado de um boletim com as condições necessárias, por êle preenchido e confirmado pelo inspector respectivo;

E determinando a tabela anexa ao decreto n.º 5:787-A, de 10 de Maio de 1919, em vigor à data da publicação do decreto n.º 20 397, que os aumentos de vencimento por diuturnidades se concedam aos professores do ensino primário elementar por cada grupo de cinco anos de bom e efectivo serviço, até o limite de vinte anos;

Considerando que o serviço dos professores primários só é qualificado no fim do ano lectivo;

Considerando mais que de tal prática resulta, na applicação daquela doutrina, que muitos professores que no decorrer do ano lectivo tenham adquirido direito à concessão de aumento de vencimento por diuturnidade somente no fim do ano e depois de qualificado o seu serviço podem apresentar o respectivo boletim;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os inspectores chefes das regiões escolares do País e os inspectores dos círculos escolares deverão qualificar o serviço dos professores no decorrer do ano lectivo, quando tal lhes seja requerido pelos interessados, para efeitos do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 20:397.

§ único. A prova da qualidade e efectividade do serviço nesse ano lectivo será feita por declaração expressa no boletim e devidamente autenticada.

Art. 2.º A qualificação do serviço nos termos do artigo anterior respeita unicamente a êsses meses decorridos do ano lectivo, não influinte na qualificação final do serviço a que se refere o artigo 96.º do decreto n.º 6:137.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêlo se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 18 de Fevereiro de 1932.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira*—*Mário Pais de Sousa*—*José de Almeida*

Eusébio—*António de Oliveira Salazar*—*António Lopes Mateus*—*Luiz António de Magalhães Correia*—*João Antunes Guimarães*—*Armando Rodrigues Monteiro*—*Gustavo Cordeiro Ramos*—*Henrique Linhares de Lima*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aqüícolas

Decreto n.º 20:908

Considerando que a Câmara Municipal do Barreiro pretende promover o alargamento do cemitério do lugar de Santo António da Charneca, da freguesia de Palhais, daquele concelho;

Considerando que, para que êsse alargamento se efectue, indispensável se torna que o Estado ceda uma parcela de terreno da Mata Nacional da Machada, que lhe fica adjacente;

Atendendo a que, tratando-se de um melhoramento de utilidade pública, justo é que o Estado auxilie o empreendimento;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É o Governo autorizado a ceder gratuitamente à Câmara Municipal do Barreiro, para alargamento do cemitério do lugar de Santo António da Charneca, da freguesia de Palhais, daquele concelho, uma parcela de terreno da Mata Nacional da Machada, com uma superfície de 1:592 metros quadrados, bem como o arvoredo nela existente, devendo a sua entrega ser feita pela Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aqüícolas, conforme a planta topográfica junta ao processo e mediante termo a lavrar.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêlo se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 18 de Fevereiro de 1932.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira*—*Mário Pais de Sousa*—*José de Almeida Eusébio*—*António de Oliveira Salazar*—*António Lopes Mateus*—*Luiz António de Magalhães Correia*—*João Antunes Guimarães*—*Armando Rodrigues Monteiro*—*Gustavo Cordeiro Ramos*—*Henrique Linhares de Lima*.